

A Lei 11.645/2008 em interface com o ensino de Sociologia na Educação Básica: entre a pluralidade indígena, os Livros Didáticos e a formação continuada das/os professoras/es de Sociologia

Jaqueline de Araújo Vieira ¹

RESUMO: A Lei 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi modificada pela Lei 10.639/2003 e alterada pela Lei 11.645/2008 tornando obrigatório a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares de todos os estabelecimentos de ensino do Brasil. A LDB igualmente teve o art. 36 alterado pela Lei 11.684/2008 para que fossem incluídas as disciplinas de Filosofia e Sociologia como obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. Pouco mais de uma década desde que ambas as leis foram implementadas no Brasil, atualmente a disciplina de Sociologia vem sofrendo novos ataques. No Paraná, por exemplo, a carga horária da disciplina foi reduzida no início de 2021 de maneira autoritária pelo governo do estado, Ratinho Jr., afetando centenas de professoras e professores e ampliando a precarização do trabalho docente. Com relação a população indígena o cenário de ataques não é diferente, visto que a atual gestão presidencial é declaradamente anti-indígena. Assim, nossa proposta é investigar como as/os professoras/es de Sociologia do ensino público no município de Londrina/PR têm trabalhado com a discussão sobre as populações indígenas durante as aulas. O recorte, portanto, diz respeito à História e Cultura Indígena. A pesquisa incidirá tendo em vista os 5 (cinco) Livros Didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), edição 2018, vigente no triênio (2018-2020). Temos como inspiração teórico-metodológica levantamentos que apontam que ao menos 3 (três) desses livros possuem grandes lacunas sobre a temática indígena (SOUZA & FERREIRA, 2019). Investigaremos se os Livros Didáticos (e quais são esses livros) são as únicas fontes utilizadas pelas/os professoras/es de Sociologia para discutir a presença de populações indígenas na formação histórica, política e cultural do Brasil, e se as/os professoras/es já receberam alguma formação continuada sobre a temática afim de compreender quais informações são repassadas aos estudantes sobre essas populações. Nosso objetivo específico é: a) listar quais livros didáticos do PNLD 2018 as professoras e professoras utilizaram e se esses livros cooperaram no ensino da questão indígena; b) se utilizam outras fontes de consulta sobre as populações indígenas além do livro didático; c) se a questão indígena é abordada como “conteúdo” ou de maneira transversal durante as aulas de Sociologia; d) se receberam alguma formação continuada sobre a questão indígena para abordar o assunto em aula com os estudantes. A metodologia de coleta de dados utilizará recursos quantitativos e qualitativos que serão obtidos por meio de questionários aplicados junto às professoras/es. O questionário online será aplicado através da plataforma *Google Forms* para que professoras/es de Sociologia do ensino público no município de Londrina possam responder perguntas objetivas e discursivas sobre os objetivos específicos anteriormente apresentados. Esperamos, com isso, fazer um balanço sobre a Lei 11.645/08 em interface com o ensino de Sociologia no município de Londrina/PR.

REFERÊNCIAS:

SOUZA, G. N, FERREIRA, W. A questão étnico-racial no ensino de sociologia: analisando os livros da disciplina no PNLD 2018. Avaliação: Processos e Políticas – Volume 01. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 451-466.

¹ Universidade Estadual de Londrina, Bacharel em Ciências Sociais, Licencianda em Ciências Sociais, Negra, Mulher, Londrina- Paraná.